

O nervo da crise

A dívida externa não é, neste momento, o grande incômodo do Governo. O FMI tem sido, na avaliação das autoridades financeiras, razoavelmente compreensivo. Não está pressionando e aguarda com inusual paciência os desdobramentos iniciais do governo Itamar. A preocupação maior é a dívida interna, cujos serviços, este ano, irão abocanhar algo em torno de 17 bilhões de dólares do Orçamento.

Não é pouco, óbvio. Com esse dinheiro, o Governo Federal teria meios bastante razoáveis para atenuar os rigores da crise econômica e social e reaquecer a economia. O desafio, pois, é este: como reduzir o montante da dívida interna, que obriga a desembolsos tão pesados, além de manter na estratosfera as taxas de juros, sem agravar ainda mais o problema da inflação e da recessão?

A receita mais óbvia não convence o Presidente: privatização acelerada de empresas e serviços públicos. O recente decreto que editou — e que concentrou em suas mãos poderes quase absolutos quanto ao processo de privatização — sugere que, se não pretende extinguir de vez os leilões, está pelo menos decidido a dar-lhes um ritmo bem mais lento e gradual. Nada que produza resultados a curto prazo. O Presidente parece mais interessado em seguir a receita que lhe aviou há duas semanas o ex-ministro Delfim Netto — um defensor, diga-se, das privatizações: apreciar (valorizar) o câmbio e reduzir parte do chamado estoque da dívida interna com as reservas cambiais — consideradas altas neste momento —, atendendo de quebra a outras demandas públicas inadiáveis como o recapeamento de estradas federais.

Reduzindo-se o estoque da dívida, reduz-se o custo de seus serviços e criam-se con-

dições de credibilidade para alongar o seu perfil e baixar a taxa de juros. Com isso, gera-se um excedente no Orçamento, capaz de devolver eficácia ao Estado e a gerar estímulos expansionistas no mercado. Afinal, é o Estado, com seu descrédito, que gera as taxas de juros altas, de modo a tornar atraentes os seus títulos diante dos credores. O mercado acompanha essas taxas, que, por sua dimensão, inviabilizam a capitalização das empresas e levam à desativação da produção, gerando desemprego e recessão.

Parece simples — e é. Mas há controvérsias entre os economistas quanto à eficácia da estratégia. O Presidente tem sido advertido quanto aos efeitos colaterais da receita de Delfim. A apreciação do câmbio e a queda da taxa de juros gerariam, num primeiro momento, alguma euforia entre os agentes econômicos. Mas, a seguir, fariam crescer irresistivelmente as importações, aumentariam a demanda e, inevitavelmente, a inflação.

Há gente influente da equipe econômica do Governo que até agora não conseguiu entender o que o deputado Delfim Netto quis exatamente sugerir com sua receita, já que ninguém duvida de seus conhecimentos técnicos na matéria. Diante disso, volta-se ao ponto de sempre: as privatizações como meio mais seguro e eficaz de gerar recursos não inflacionários e reduzir o montante da dívida interna. Mas aí, novamente, esbarra-se nas desconfiças do Presidente da República.

Enquanto o tema das privatizações estiver na cabeça do Presidente, associado ao governo Collor — que dele apenas se serviu como mais um instrumento de marketing —, é improvável que volte a ser tratado com a prioridade que necessita.